



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Gabinete do Ministro da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Processo nº 10145.101292/2021-49

TERMO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA INDIVIDUAL

- PLANO DE PAGAMENTO PARCELADO DO DÉBITO FISCAL E OUTRAS AVENÇAS -

DAS PARTES

A UNIÃO, apresentada neste ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993 e;

TONDO EMBALAGENS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 91.241.620/0001-78, com sede na Rodovia dos Romeiros, 621, Bairro Bela Vista, em Farroupilha/RS, representada por Nilza Ballestrin Tondo, brasileira, viúva, empresária, inscrita no [REDAZIDO] residente e domiciliada na Rua [REDAZIDO] CEP: [REDAZIDO]

Com fundamento no art. 171 do Código Tributário Nacional, na Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria PGFN n. 6.757, de 29 de julho de 2022, as partes FIRMAM a presente TRANSAÇÃO INDIVIDUAL, que tem como objeto os débitos garantidos relacionados neste documento e anexos, por meio do qual fica acertado que:

DO OBJETO E OBRIGAÇÕES DOS DEVEDORES

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União até 02/12/2024, em face da devedora acima relacionada, por meio de plano de pagamento da dívida ativa da União, classificadas como débitos previdenciários e débitos não previdenciários.

§ 1º. Os documentos e declarações exigidos pelo artigo 50 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, foram apresentados pelo devedor e estão arquivados no processo administrativo n. 10.145.101292/2021-49, constante do sistema eletrônico de informações (SEI/ME), bem como fazem parte deste termo via declarações de vontade.

CLÁUSULA 2ª. A devedora aceita as condições para o parcelamento do débito fiscal e assume as seguintes obrigações:

I - fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

II - não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

III - declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

IV - declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

V - efetuar o compromisso de cumprir as exigências e obrigações adicionais previstas na Portaria PGFN n. 6.757/22 e na proposta;

VI - declarar, quando a transação envolver a capacidade de pagamento, que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiram informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

VII - manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VIII - regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação.

IX - autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições,

ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com prestações do acordo firmado, vencidas ou vincendas;

X - autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que sejam credores;

XI – A DEVEDORA declara que não possui créditos e/ou precatórios federais líquidos e certos em desfavor da União, nos termos do disposto no artigo 36, III, da Portaria PGFN n. 6.757/22;

XII – considerando que serão utilizados créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, a DEVEDORA assume o compromisso de se manter como optantes do regime de tributação pelo lucro real por todo prazo da presente negociação;

XIII – A DEVEDORA não poderá desistir do presente acordo de forma unilateral, sendo tal ato considerado, para todos os fins, rescisão do acordo, nos termos do disposto no art. 18 da Portaria PGFN n. 6.757/22.

CLÁUSULA 3ª. A DEVEDORA confessa de forma irrevogável e irretratável a dívida objeto da presente transação tributária.

PARÁGRAFO ÚNICO. A confissão do caput produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, a cada pagamento efetuado.

DAS OBRIGAÇÕES DA FAZENDA NACIONAL

CLÁUSULA 4ª. A Fazenda Nacional obriga-se a:

I - presumir a boa-fé das DEVEDORAS em relação às declarações prestadas para celebração do acordo;

II - notificar as DEVEDORAS se verificada hipótese de rescisão da transação.

III - tornar pública a transação, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

DO PARCELAMENTO E PAGAMENTOS

CLÁUSULA 5ª. Considerando: (a) a situação econômica da DEVEDORA definida considerando a condição de contribuinte em recuperação judicial, com capacidade de pagamento classificada como D; (b) a perspectiva de resolução de litígios nos termos do § 4º do artigo 54 da Portaria 6.757/2022; serão concedidas as seguintes condições para o adimplemento da dívida transacionada:

§ 1º As inscrições indicadas nos Anexos I e II serão objeto do plano de pagamento em prestações sucessivas, sendo concedido os descontos conforme simulação anexa e observados os limites dos §§ 2º e 3º do art. 11 da Lei n. 13.988/20.

Os débitos tributários (demais débitos e débitos previdenciários) alcançam em dezembro de 2024 o valor consolidado de R\$ 60.615.777,83 (sessenta milhões, seiscentos e quinze mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos).

A composição final do acordo ficou assim estabelecida entre as partes:

COMPOSIÇÃO FINAL DA TRANSAÇÃO COM UTILIZAÇÃO DE PF/BCN

- VALORES EM REAIS em DEZEMBRO/2024

R\$ 60.615.777,83 (consolidado)

DEMAIS DÉBITOS		PREVIDENCIÁRIOS	
R\$ 49.566.045,61		R\$ 11.901.267,12	
Média ponderada de descontos	57,064%	Média ponderada de descontos	63,23%
Saldo remanescente depois dos descontos	R\$ 21.281.842,55	Saldo remanescente depois dos descontos	R\$ 3.977.787,18
PF/BCN Aceitos na transação	R\$ 11.901.267,12	PF/BCN Aceitos na transação	R\$ 1.800.000,00
Subtotal depois da aplicação PF/BCN	R\$ 9.380.575,44	Subtotal depois da aplicação PF/BCN	R\$ 2.177.787,18

TOTAL DA TRANSAÇÃO: R\$ 11.558.362,62 (19,06%)

§2º Eventuais valores bloqueados judicialmente até a data da assinatura do acordo serão utilizados para a quitação dos valores negociados nos termos da Lei Federal nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, sem a concessão dos descontos acima elencados.

§3º. O valor de cada amortização mensal nos casos dos §§ 1º e 2º, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente termo até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§4º O não pagamento da primeira parcela integralmente e na data do seu vencimento impede a consolidação da conta e gerará o cancelamento da transação.

DOS PROCESSOS JUDICIAIS E IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA 6ª.A DEVEDORAexpressamente desiste das eventuais impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados nos Anexos, renunciando a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, não se opondo, no caso de ações judiciais por si ajuizadas, a requerer a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea “c” do inciso III do caput do art. 487 do Código de Processo Civil. Os devedores apresentarão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente Termo de Transação, os pedidos de desistência e renúncia aos direitos em que se

fundam os Embargos à Execução Fiscal relativos a créditos tributários incluídos nesta negociação, requerendo a extinção dos processos com resolução de mérito, nos termos da alínea “c” do inciso III do caput do art. 487 do Código de Processo Civil:

§1º **A DEVEDORA**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente Termo de Transação, deverão acostar aos autos do processo administrativo da presente transação os comprovantes de protocolo das petições referentes aos atos processuais previstos no caput.

§2. A desistência e a renúncia na hipótese de embargos à execução fiscal previstos no caput eximem a DEVEDORA do pagamento de honorários advocatícios

CLÁUSULA 7ª Caberá à DEVEDORA o peticionamento nos demais processos judiciais relacionados à transação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do presente Termo de Transação, para noticiar aos respectivos juízos a celebração da transação tributária

DAS GARANTIAS

CLÁUSULA 8ª. Serão mantidas todas as garantias existentes (indisponibilidades/penhoras/bloqueios) nos processos relacionados aos créditos negociados.

CLÁUSULA 9ª A DEVEDORA assume o compromisso de quitar as eventuais custas processuais pendentes nos executivos ajuizados, bem como despesas de eventuais cancelamentos de leilões e outras despesas processuais.

§ 1º. Ocorrendo perecimento, depreciação ou deterioração que cause redução significativa do valor de qualquer bem oferecido em garantia, ou ainda a prática de qualquer outro ato que impeça, dificulte ou torne inócua a penhora realizada, compromete-se a DEVEDORA a substituir ou reforçar a garantia com outros bens, a critério da PGFN, no prazo de 30 (trinta) dias da intimação, sob pena de rescisão da presente transação individual.

§2º Considera-se redução significativa a que retirar mais de 20% (vinte por cento) do valor do bem oferecido em garantia.

§3º No caso de desapropriação total ou parcial de quaisquer bens ou direitos, fica a UNIÃO, pelo presente, nomeada e constituída procuradora do respectivo proprietário com cláusula em causa própria com poderes para receber do poder desapropriante a indenização devida, aplicando-a na amortização ou liquidação da dívida, sendo que, se a indenização for inferior ao saldo da dívida, a DEVEDORA obriga-se a pagar a diferença existente, respeitando-se o plano aqui ajustado. Fica, ainda, a UNIÃO nomeada e constituída procuradora com poderes necessários para, se lhe convier, discutir amigável ou judicialmente o valor da indenização, sem prejuízo da possibilidade de ingressar como litisconsorte.

DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

CLÁUSULA 10. Implicará rescisão da avença, com a imediata retomada da cobrança:

- I - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 06 (seis) alternadas;
- II - a falta de pagamento de 1 (uma) ou até 5 (cinco) parcelas, estando quitadas todas as demais;
- III – a constatação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de divergências nas informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo sujeito passivos e consideradas para celebração da transação;
- IV - a constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento dos acordos;
- V- a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;
- VI - a concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, no curso do cumprimento do acordo;
- VII - o descumprimento das condições, cláusulas, obrigações ou dos demais compromissos assumidos;
- VIII – A alienação ou loteamento dos bens imóveis dados em garantia desta negociação;
- IX - a alienação de bens ou direitos sem prévia comunicação ou a constatação, pela União, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial por parte da DEVEDORA e/ou CORRESPONSÁVEL.
- X - a rescisão dos parcelamentos em curso e de débitos que venham a se tornar exigíveis durante a vigência da transação, inscritos ou não em dívida ativa da União;
- XI - a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;
- XII - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto a pessoa ou quanto ao objeto do conflito;
- XIII - a inobservância de quaisquer disposições previstas na Lei de regência da transação.
- XIV - A inscrição de valores relativos às contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação, sem que ocorra a regularização em até 90 dias.
- XV - A constatação de fraude, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, inclusive quando da declaração dos montantes de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, inclusive para fins penais;
- XVI – a ausência de peticionamento nos processos judiciais, informando a celebração do acordo, nomeando os imóveis

dados em garantia à penhora, desistindo dos embargos à execução, exceções de pré executividade e/ou das ações ordinárias e demais medidas relacionadas aos débitos aqui negociados.

§ 1º. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para fins do inciso I do caput.

§ 2º. Nas hipóteses dos incisos I e II a DEVEDORA será previamente notificado para sanar, no prazo de 30 (trinta) dias, a situação ensejadora de rescisão da transação.

§ 3º. O desfazimento da transação tributária não implicará a liberação das garantias dadas para assegurar o crédito.

§ 4º. A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a retomada do curso da cobrança dos créditos, com execução das garantias prestadas e prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA 11 A DEVEDORA poderá impugnar o ato de rescisão da transação no prazo de 30 (trinta) dias a partir da respectiva notificação.

§1ª. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão.

§2ª. A impugnação será apreciada por Procuradora ou Procurador integrante da equipe regional de transação individual, ou setor que lhe faça às vezes, conforme regras de distribuição interna.

§3ª. A DEVEDORA será notificada da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

§4ª. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE, e expor, de forma clara e objetiva os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação.

§5ª. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à Procuradora ou Procurador Chefe da Dívida Ativa na 4ª Região para julgamento.

§6ª. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

CLÁUSULA 12. Enquanto não julgada definitivamente a impugnação à rescisão da transação, as DEVEDORAS deverão cumprir todas as exigências do termo.

CLÁUSULA 13. Julgado procedente o recurso, torna-se sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

CLÁUSULA 14. Julgado improcedente o recurso, a transação será definitivamente rescindida.

DA CERTIDÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 206 CTN

CLÁUSULA 15. As inscrições incluídas no plano de amortização da dívida contemplado pela presente transação tributária não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor dos DEVEDORES, conforme art. 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), desde que regulares (em dia) os pagamentos das parcelas.

CLÁUSULA 16 Nos termos do art. 156, III do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridas todas as condições previstas no termo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 17. O GRUPO DEVEDOR se obriga a apresentar sua situação econômico-financeira, por meio de demonstrações de resultados, sempre que demandado pela Fazenda Nacional, por meio do balanço contábil apurado ou, sempre que a PGFN reputar oportuno, por meio de documentos e informações complementares com a demonstração do resultado do exercício.

CLÁUSULA 18. A celebração da presente transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela DEVEDORA e corresponsáveis, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

CLÁUSULA 19. Caberá à DEVEDORA o adimplemento dos emolumentos decorrentes de eventual e anterior protesto cartorário (extrajudicial) das inscrições abrangidas pela presente transação, junto ao respectivo Tabelionato de Títulos.

CLÁUSULA 20. A presente transação não interfere em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo, alheias ao objeto do presente acordo.

CLÁUSULA 21 A presente transação e a interpretação das suas cláusulas não pode implicar redução do montante dos créditos inscritos, indicados nos Anexos, em percentual maior do que o previsto na cláusula 5ª, ou renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário.

Firmam as partes o presente para que produza os efeitos desejados.

CREDORA

Mauro Moacir Riella Fernandes
Procurador da Fazenda Nacional

Cristiano Dressler Dambrós
Procurador da Fazenda Nacional

Filipe Loureiro Santos
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador NEGOCIA4

Vandré Augusto Búrigo
Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 4ª Região

Simone Klitzke
Procuradora-Regional da
Fazenda Nacional na 4ª Região

**Cristiano Neuenschwander Lins de
Morais**
Coordenador-Geral de Negociações -
CGN

DEVEDORA

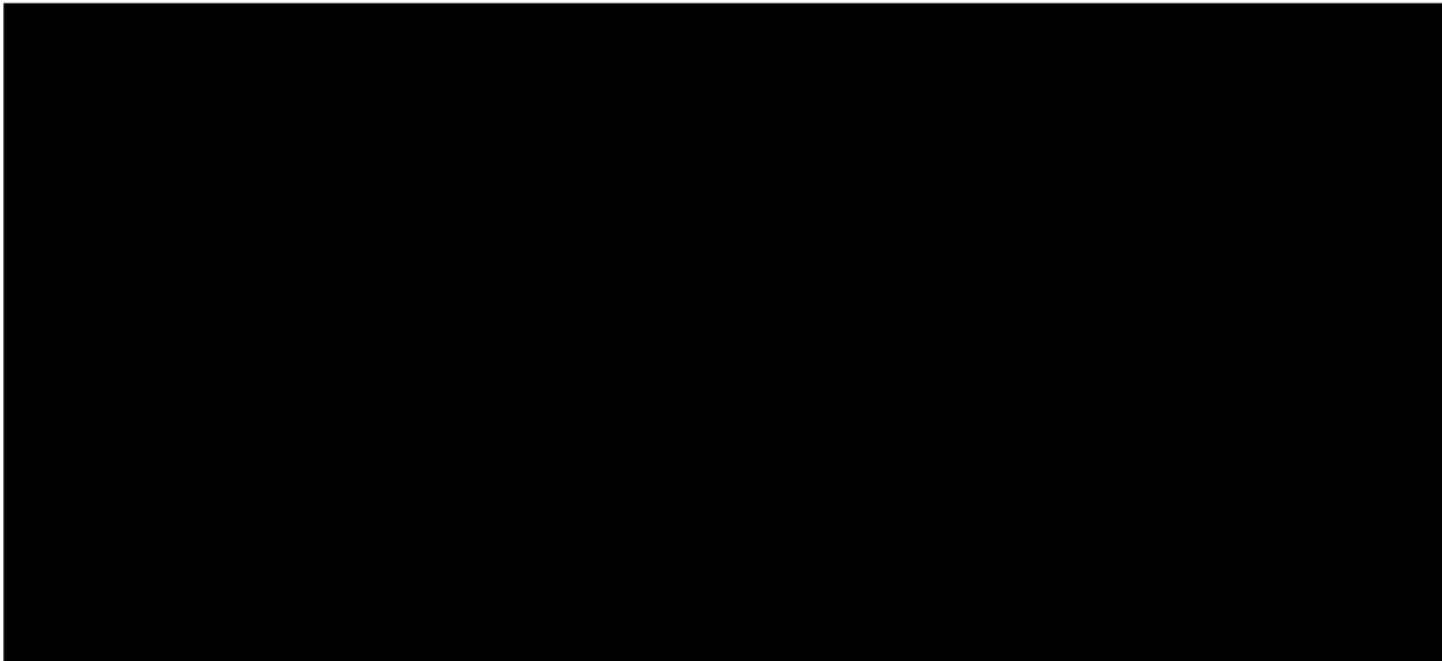
TONDO EMBALAGENS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 91.241.620/0001-78

Nilza Ballestrin Tondo - sócia administradora

[REDACTED]

[REDACTED]



Referência: Processo nº 10145.101292/2021-49.

SEI nº 47105745



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Usuário: 60093638027 - MAURO MOACIR RIELLA FERNANDES | Procuradoria: QUARTA REGIAO - 0000

Início Negociações Emissão de Documento Ferramentas Sair

Sua sessão expira em: 19:52
Data e Hora de login: 02/12/2024 10:44:40

Produção - 2.39.0 (BUILD 19)

ADESÃO DE ACORDO DE TRANSAÇÃO

- Contribuinte
- Modalidades
- Inscrição/Debcad
- Consolidação
- Cálculo das Prestações

Negociações: 0077 - TRANSACAO INDIVIDUAL (DEPENDE DE PREVIA APROVACAO DO PDA DA REGIAO)
Modalidade: 0123 - DEBITOS PREVIDENCIARIOS - PJ- DEMAIS- ATE 60 PRESTACOES-REDUCAO DE ATE 65%- 3/6-I

Utilização de créditos

Valor passível de amortização: 2.784.451,02

Prejuízo Fiscal				
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado
Nenhum valor informado				

Base de cálculo negativa da CSLL				
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado
	91.241.620/0001-78	9%	20.000.000,00	1.800.000,00

Quantidade Máxima de Prestações:
(excluindo as Prestações da entrada)60

Prestações selecionadas:

60

Aplicar cobrança escalonada de prestações:

Não

Exibe decimais:

Não

Atenção: Caso a dívida esteja ajuizada, com leilão designado ou já realizado, o parcelamento da Lei nº 10.522/2002 deve ser requerido na unidade da PGFN que administra a cobrança, sendo ineficazes os atos realizados neste sistema de parcelamento on-line.

CPF/CNPJ: 91.241.620/0001-78					
Demonstrativo	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Consolidado
Total sem reduções (A)	3.644.362,04	728.872,25	4.654.386,39	1.792.516,50	10.820.137,18
Descontos previstos em lei (B)	0,00	700.516,50	4.428.517,43	1.713.316,06	6.842.349,99
Utilização de créditos (C)	1.649.120,82	12.831,34	102.208,61	35.839,22	1.800.000,00
Total com reduções (A - C - B)	1.995.241,21	15.524,40	123.660,34	43.361,21	2.177.787,18

Demonstrativo de Consolidação							
Número	Valor Consolidado	Reduções					Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total	
366060465	349.147,51	48.880,32	20.908,30	156.137,83	56.317,22	282.243,69	66.903,8180,83%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
140266429	253.268,69	53.144,29	23.488,52	70.126,21	42.211,35	188.970,37	64.298,31	74,61%
163650144	94.511,45	21.173,67	9.358,26	22.610,00	15.751,87	68.893,80	25.617,64	72,89%
364108754	639.761,48	87.382,74	37.162,51	290.025,25	102.599,55	517.170,07	122.591,40	80,83%
603473113	808.831,67	102.238,59	42.761,25	381.274,90	127.568,19	653.842,95	154.988,71	80,83%
398286655	1.138.812,65	172.571,83	75.323,23	485.258,65	187.439,09	920.592,81	218.219,83	80,83%
361847092	2.443.258,42	322.783,44	136.259,27	1.127.106,09	388.931,23	1.975.080,05	468.178,36	80,83%
366541757	419.841,59	60.222,62	25.912,62	185.134,30	68.121,79	339.391,34	80.450,24	80,83%
458049930	1.768,83	290,75	128,50	703,01	294,79	1.417,05	351,77	80,11%
366060473	1.893,05	263,68	112,65	848,99	304,97	1.530,30	362,74	80,83%
163650152	343.542,88	77.013,77	34.038,26	82.056,26	57.257,02	250.365,31	93.177,56	72,87%
364108762	67.911,98	9.215,87	3.913,58	30.894,11	10.875,08	54.898,65	13.013,32	80,83%
398286647	335.468,27	50.845,42	22.193,87	142.928,20	55.218,16	271.185,67	64.282,59	80,83%
142811688	1.023.643,71	162.902,02	71.998,89	421.043,79	170.606,81	826.551,51	197.092,19	80,74%
369259017	883.769,41	129.284,05	55.905,20	385.121,73	144.110,09	714.421,08	169.348,32	80,83%
404308210	3.974,75	632,46	279,54	1.635,13	662,40	3.209,53	765,21	80,74%
458049921	109.253,35	18.017,85	7.963,46	43.263,69	18.208,86	87.453,86	21.799,48	80,04%
366541749	20.961,96	3.031,26	1.306,94	9.198,90	3.408,10	16.945,21	4.016,74	80,83%
393909140	1.690,62	205,58	85,32	811,15	264,60	1.366,66	323,95	80,83%
143263480	683.798,62	112.733,75	49.825,66	270.878,49	113.966,20	547.404,10	136.394,51	80,05%
361847106	438.648,84	58.472,97	24.732,18	201.425,95	69.963,61	354.594,73	84.054,10	80,83%
369259025	46.867,99	6.910,24	2.994,20	20.324,69	7.657,97	37.887,12	8.980,86	80,83%
140266410	72.476,79	15.207,67	6.721,44	20.068,74	12.079,45	54.077,30	18.399,48	74,61%
404308228	286.445,76	45.539,77	20.127,53	117.939,85	47.740,86	231.348,01	55.097,74	80,76%
00 4 20 039514-19	46.813,63	10.926,69	4.829,32	10.035,34	7.802,27	33.593,62	13.220,00	71,76%
00 4 20 039515-08	10.506,31	2.452,26	1.083,84	2.252,21	1.751,05	7.539,36	2.966,94	71,76%
00 4 20 039516-80	6.303,78	1.471,35	650,30	1.351,33	1.050,63	4.523,61	1.780,16	71,76%
00 4 20 039517-61	2.521,50	588,54	260,11	540,53	420,25	1.809,43	712,06	71,76%
00 4 20 039518-42	4.202,50	980,90	433,53	900,88	700,41	3.015,72	1.186,77	71,76%
00 4 20 039519-23	840,46	196,17	86,69	180,17	140,07	603,10	237,35	71,75%
00 4 20 039520-67	18.728,60	4.371,41	1.932,05	4.014,81	3.121,43	13.439,70	5.288,89	71,76%
00 4 21 068878-88	800,40	188,44	83,28	167,27	133,40	572,39	228,00	71,51%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 4 21 068879-69	3.153,92	742,37	328,11	659,59	525,65	2.255,72	898,19	71,52%
00 4 21 068880-00	11.750,82	2.780,99	1.229,12	2.417,55	1.958,47	8.386,13	3.364,68	71,36%
00 4 21 068881-83	84.803,82	20.069,87	8.870,39	17.447,41	14.133,97	60.521,64	24.282,17	71,36%
00 4 21 068882-64	2.401,26	565,34	249,86	501,84	400,21	1.717,25	684,00	71,51%
00 4 21 068883-45	4.730,89	1.113,57	492,17	989,38	788,48	3.383,60	1.347,28	71,52%
00 4 21 068884-26	10.005,36	2.355,63	1.041,12	2.091,01	1.667,56	7.155,32	2.850,03	71,51%
00 4 24 047806-40	8.646,74	2.500,41	1.105,12	1.229,94	786,06	5.621,53	3.025,20	65,01%
00 4 24 047807-20	30.724,67	8.882,39	3.925,79	4.376,68	2.793,15	19.978,01	10.746,65	65,02%
00 4 24 047808-01	76.218,18	22.038,83	9.740,63	10.845,40	6.928,92	49.553,78	26.664,39	65,01%
00 4 24 047809-92	15.875,25	4.588,49	2.027,99	2.264,03	1.443,20	10.323,71	5.551,53	65,03%
00 4 24 047810-26	2.075,21	600,10	265,22	295,18	188,65	1.349,15	726,05	65,01%
00 4 24 047811-07	3.458,68	1.000,16	442,04	491,97	314,42	2.248,59	1.210,08	65,01%
00 4 24 047812-98	5.188,02	1.500,24	663,06	737,96	471,63	3.372,89	1.815,12	65,01%
00 4 24 047813-79	691,71	200,03	88,40	98,38	62,88	449,69	242,01	65,01%
00 4 24 047814-50	145,20	41,78	18,46	21,20	13,20	94,64	50,55	65,18%
Totais:	10.820.137,18	1.649.120,82	713.347,84	4.530.726,04	1.749.155,28	8.642.349,99	2.177.787,18	79,87%

Atenção: Eventuais diferenças inferiores a R\$ 10,00 (dez reais), decorrentes de regra de arredondamento no cálculo do sistema, serão baixadas de ofício pela PGFN.

Valor Prestação Básica	
60x	36.296,45

Atenção: O valor das prestações será atualizado na data do pagamento, conforme a legislação vigente.

Retornar

Confirmar





Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Usuário: 60093638027 - MAURO MOACIR RIELLA FERNANDES | Procuradoria: QUARTA REGIAO - 0000

Início Negociações Emissão de Documento Ferramentas Sair

Sua sessão expira em: 19:23
Data e Hora de login: 02/12/2024 14:24:32

Produção - 2.39.0 (BUILD 19)

ADESÃO DE ACORDO DE TRANSAÇÃO

- Contribuinte
- Modalidades
- Inscrição
- Consolidação
- Cálculo das Prestações

Negociações: 0077 - TRANSACAO INDIVIDUAL (DEPENDE DE PREVIA APROVACAO DO PDA DA REGIAO)
Modalidade: 0122 - DEMAIS DEBITOS -PJ- DEMAIS- ATE 120 MESES - REDUCAO DE ATE 65% - 3/6-I

Utilização de créditos

Valor passível de amortização: 14.897.289,78

Prejuízo Fiscal					
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado	
	91.241.620/0001-78	25%	47.605.068,46	11.901.267,12	

Base de cálculo negativa da CSLL					
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado	
Nenhum valor informado					

Quantidade Máxima de Prestações:
(excluindo as Prestações da entrada)

120

Prestações selecionadas:

120

Aplicar cobrança escalonada de prestações:

Sim

Exibe decimais:

Não

Atenção: Caso a dívida esteja ajuizada, com leilão designado ou já realizado, o parcelamento da Lei nº 10.522/2002 deve ser requerido na unidade da PGFN que administra a cobrança, sendo ineficazes os atos realizados neste sistema de parcelamento on-line.

CPF/CNPJ: 91.241.620/0001-78					
Demonstrativo	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Consolidado
Total sem reduções (A)	20.649.824,35	4.127.182,01	16.663.341,12	8.125.698,13	49.566.045,61
Descontos previstos em lei (B)	0,00	4.074.634,04	16.232.997,22	7.976.571,77	28.284.203,05
Utilização de créditos (C)	11.547.828,85	29.385,95	240.657,62	83.394,68	11.901.267,11
Total com reduções (A - C - B)	9.101.995,49	23.162,00	189.686,27	65.731,66	9.380.575,44

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 2 13 002674-04	76.309,40	15.189,59	5.432,33	30.996,81	12.718,23	64.336,96	11.972,43	84,31%
00 2 19 027715-34	17.382,63	4.856,19	1.736,77	4.064,91	2.897,10	13.554,97	3.827,65	77,98%
00 3 09 000089-13	1.021.432,47	154.296,33	52.520,61	495.009,93	162.026,72	863.853,60	157.578,86	84,57%
00 3 11 000361-04	851.103,61	148.010,79	51.613,09	381.868,48	138.309,42	719.801,79	131.301,81	84,57%
00 3 11 000379-33	51.661,06	7.810,97	2.659,12	25.025,10	8.195,97	43.691,18	7.969,87	84,57%
00 3 11 000380-77	12.435,66	1.880,23	640,09	6.023,95	1.972,90	10.517,18	1.918,47	84,57%
00 3 11 000381-58	50.667,06	7.660,68	2.607,96	24.543,59	8.038,28	42.850,52	7.816,53	84,57%
00 3 11 000382-39	44.164,60	6.895,90	2.359,48	21.053,70	7.042,12	37.351,22	6.813,37	84,57%
00 3 11 000383-10	81.124,59	12.767,82	4.374,23	38.515,14	12.952,10	68.609,30	12.515,28	84,57%
00 3 11 000384-09	8.531,44	1.348,09	462,15	4.042,03	1.362,98	7.215,27	1.316,16	84,57%
00 3 11 000385-81	101.816,96	16.088,61	5.515,53	48.238,85	16.266,40	86.109,41	15.707,54	84,57%
00 3 11 000386-62	147.063,82	23.330,86	8.003,56	69.531,02	23.510,48	124.375,92	22.687,89	84,57%
00 3 11 000387-43	27.057,39	4.188,69	1.431,22	12.954,81	4.308,43	22.883,18	4.174,20	84,57%
00 3 11 000388-24	179.722,76	27.929,19	9.548,92	85.883,05	28.635,32	151.996,49	27.726,26	84,57%
00 3 11 000389-05	127.839,37	20.442,45	7.021,96	60.188,75	20.464,10	108.117,28	19.722,08	84,57%
00 3 11 000390-49	114.745,82	18.417,59	6.330,39	53.916,03	18.379,68	97.043,70	17.702,11	84,57%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 3 11 000391-20	32.186,23	5.166,13	1.775,67	15.123,46	5.155,50	27.220,78	4.965,44	84,57%
00 3 11 000392-00	233.740,82	37.649,46	12.948,37	109.620,97	37.462,24	197.681,05	36.059,76	84,57%
00 3 11 000393-91	55.935,39	9.009,71	3.098,61	26.232,87	8.964,90	47.306,10	8.629,28	84,57%
00 3 11 000394-72	160.173,54	25.888,31	8.908,66	74.979,82	25.686,37	135.463,18	24.710,36	84,57%
00 3 11 000395-53	24.702,91	3.857,13	1.319,74	11.776,12	3.938,92	20.891,93	3.810,97	84,57%
00 3 11 000396-34	114.013,41	17.802,15	6.091,14	54.351,33	18.179,64	96.424,28	17.589,12	84,57%
00 3 11 000397-15	146.257,27	23.727,94	8.170,48	68.325,66	23.469,71	123.693,80	22.563,46	84,57%
00 3 11 000398-04	33.571,70	5.446,48	1.875,44	15.683,38	5.387,20	28.392,51	5.179,18	84,57%
00 3 11 000399-87	163.932,58	26.595,49	9.157,89	76.582,87	26.306,04	138.642,30	25.290,27	84,57%
00 3 11 000400-55	155.709,21	25.338,12	8.729,47	72.620,51	24.999,46	131.687,57	24.021,63	84,57%
00 3 11 000442-04	16.336,40	2.470,00	840,87	7.913,50	2.591,75	13.816,14	2.520,25	84,57%
00 3 11 000448-08	11.714,95	1.866,51	640,75	5.526,22	1.874,15	9.907,65	1.807,29	84,57%
00 3 11 000510-90	2.962,18	447,87	152,46	1.434,91	469,94	2.505,19	456,98	84,57%
00 3 11 000513-32	4.101,91	642,80	220,06	1.951,78	654,43	3.469,09	632,81	84,57%
00 3 11 000703-96	3.106.367,49	567.193,90	199.732,39	1.350.446,15	509.768,20	2.627.140,65	479.226,83	84,57%
00 3 12 000318-48	184.665,28	32.442,64	11.335,50	82.329,80	30.068,56	156.176,51	28.488,76	84,57%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 3 13 000331-41	5.582.120,02	1.116.942,62	399.463,18	2.254.987,01	930.353,33	4.701.746,14	880.373,87	84,22%
00 3 14 000279-50	457.697,92	95.494,66	34.152,70	176.498,70	76.282,98	382.429,04	75.268,87	83,55%
00 3 15 000475-88	3.400.216,30	748.063,44	267.537,29	1.228.289,45	566.702,71	2.810.592,89	589.623,40	82,65%
00 3 16 001367-95	1.298.866,75	274.217,62	98.071,15	493.961,93	216.477,79	1.082.728,49	216.138,25	83,35%
00 3 17 000292-06	1.192.848,42	203.480,91	70.697,62	541.507,57	193.138,68	1.008.824,80	184.023,61	84,57%
00 3 18 000038-61	3.232.541,22	781.936,21	279.651,54	1.015.874,68	538.756,87	2.616.219,30	616.321,91	80,93%
00 3 19 001132-19	1.735.912,80	473.010,98	169.167,58	431.588,30	289.318,80	1.363.085,66	372.827,13	78,52%
00 3 19 001974-80	920.634,60	256.972,60	91.903,65	215.773,51	153.439,10	718.088,86	202.545,73	77,99%
00 3 20 000704-65	1.876.177,90	536.111,32	191.734,79	413.072,67	312.696,31	1.453.615,09	422.562,80	77,47%
00 3 21 001120-89	3.632.351,06	1.061.384,75	379.593,54	749.397,75	605.391,84	2.795.767,88	836.583,17	76,96%
00 3 21 001552-17	646.321,32	190.322,10	68.066,78	130.200,39	107.720,22	496.309,49	150.011,82	76,78%
00 3 21 001944-68	984.870,80	291.284,72	104.175,05	195.675,36	164.145,13	755.280,26	229.590,53	76,68%
00 3 22 000217-19	1.401.994,23	417.994,46	149.491,50	271.379,45	233.665,70	1.072.531,11	329.463,11	76,50%
00 3 23 000144-55	2.427.943,71	741.851,19	265.315,60	431.392,72	404.657,28	1.843.216,79	584.726,91	75,91%
00 3 23 000852-04	1.355.867,00	436.021,16	155.938,55	194.257,70	225.977,83	1.012.195,24	343.671,75	74,65%
00 3 24 000180-45	795.646,29	289.052,38	103.376,66	103.054,76	72.331,48	567.815,28	227.831,00	71,36%

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 6 11 022221-01	13.168,63	2.128,40	732,42	6.164,44	2.111,79	11.137,07	2.031,55	84,57%
00 6 11 022222-84	124.487,06	20.120,42	6.923,82	58.274,41	19.963,47	105.282,13	19.204,92	84,57%
00 6 11 022223-65	135.643,33	22.006,00	7.577,54	63.367,25	21.766,50	114.717,30	20.926,02	84,57%
00 6 11 022377-10	13.083,56	1.967,59	669,29	6.354,24	2.073,99	11.065,12	2.018,43	84,57%
00 6 11 022378-00	10.511,43	1.580,77	537,71	5.105,05	1.666,26	8.889,80	1.621,62	84,57%
00 6 11 022389-54	11.975,10	1.879,13	643,46	5.694,08	1.910,98	10.127,67	1.847,42	84,57%
00 6 11 033464-67	1.720.834,89	313.728,64	110.441,48	748.881,28	282.306,10	1.455.357,52	265.477,36	84,57%
00 6 12 002576-00	272.679,96	47.773,65	16.683,18	121.780,23	44.375,89	230.612,96	42.066,99	84,57%
00 6 12 009765-50	192.990,86	33.398,84	11.635,69	86.850,26	31.332,88	163.217,69	29.773,16	84,57%
00 6 13 008817-99	1.467.167,59	293.427,36	104.941,25	592.991,68	244.527,93	1.235.888,22	231.279,36	84,23%
00 6 14 011127-07	135.244,24	28.220,99	10.092,95	52.145,82	22.540,70	113.000,46	22.243,77	83,55%
00 6 15 021454-49	1.203.986,59	264.815,69	94.708,59	435.070,21	200.664,43	995.258,92	208.727,66	82,66%
00 6 16 014938-95	2.562,01	681,24	0,00	916,81	427,00	2.025,05	536,95	79,04%
00 6 16 037938-45	271.953,73	57.612,61	20.604,56	103.000,68	45.325,62	226.543,47	45.410,25	83,30%
00 6 17 004185-81	21.227,89	5.573,91	0,00	7.722,64	3.537,98	16.834,53	4.393,35	79,30%
00 6 17 005558-13	6.266,47	1.645,42	0,00	2.279,72	1.044,41	4.969,55	1.296,91	79,30%

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 7 11 004514-61	48.230,66	7.621,17	2.612,70	22.850,73	7.705,39	40.789,99	7.440,66	84,57%
00 7 11 004515-42	31.947,18	4.964,64	1.697,39	15.266,41	5.090,16	27.018,61	4.928,56	84,57%
00 7 11 004516-23	20.568,87	3.301,46	1.134,75	9.664,77	3.294,66	17.395,66	3.173,20	84,57%
00 7 11 004517-04	29.885,74	4.830,33	1.662,21	13.990,00	4.792,64	25.275,19	4.610,54	84,57%
00 7 11 004572-30	15.507,08	2.440,58	836,13	7.362,22	2.475,81	13.114,76	2.392,31	84,57%
00 7 11 004573-11	2.591,90	407,96	139,76	1.230,48	413,81	2.192,04	399,85	84,57%
00 7 11 004574-00	14.913,55	2.384,78	819,16	7.021,53	2.387,31	12.612,80	2.300,74	84,57%
00 7 11 005193-68	4.224,80	685,41	236,01	1.973,66	677,94	3.573,02	651,77	84,57%
00 7 11 005194-49	5.333,38	842,75	288,91	2.526,85	852,06	4.510,58	822,79	84,57%
00 7 11 005195-20	9.297,07	1.474,93	505,96	4.395,60	1.486,28	7.862,78	1.434,28	84,57%
00 7 11 005196-00	2.802,56	451,42	155,24	1.314,36	449,17	2.370,20	432,35	84,57%
00 7 11 007717-09	373.602,12	68.112,14	23.977,36	162.585,99	61.290,11	315.965,61	57.636,50	84,57%
00 7 12 000521-00	1.989,88	313,18	107,28	944,73	317,69	1.682,89	306,98	84,57%
00 7 12 003645-01	101.099,49	17.622,97	6.148,09	45.294,86	16.436,70	85.502,62	15.596,86	84,57%
00 7 13 003600-28	257.249,56	51.290,95	18.343,60	104.312,57	42.874,92	216.822,04	40.427,51	84,28%
00 7 14 002264-04	29.362,23	6.126,92	2.191,23	11.321,13	4.893,70	24.532,98	4.829,24	83,55%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 7 15 006123-14	261.383,28	57.491,01	20.561,03	94.452,96	43.563,88	216.068,88	45.314,39	82,66%
00 7 16 012093-10	59.042,49	12.507,99	4.473,34	22.361,95	9.840,41	49.183,69	9.858,79	83,30%
00 7 17 007564-50	171.563,84	40.643,36	14.535,62	55.755,80	28.593,97	139.528,75	32.035,08	81,32%
00 7 19 011058-63	55.957,18	15.257,44	5.456,64	13.890,99	9.326,19	43.931,26	12.025,91	78,50%
00 7 19 018588-88	12.819,34	3.569,27	1.276,50	3.023,72	2.136,55	10.006,04	2.813,29	78,05%
00 7 20 007561-37	17.975,14	5.121,41	1.831,60	3.989,57	2.995,85	13.938,43	4.036,70	77,54%
00 7 21 011139-67	5.299,52	1.532,25	547,99	1.128,31	883,25	4.091,80	1.207,71	77,21%
00 7 22 000233-62	3.473,29	567,28	195,56	1.616,61	557,99	2.937,45	535,83	84,57%
00 7 22 000234-43	442,03	72,69	25,09	204,94	71,09	373,83	68,19	84,57%
00 7 24 002193-09	14.159,17	5.164,47	1.847,02	1.789,84	1.287,19	10.088,52	4.070,64	71,25%
00 7 24 004590-16	20.099,49	7.592,48	2.715,36	1.980,03	1.827,22	14.115,09	5.984,39	70,22%
00 3 09 000247-90	4.834,65	751,31	256,87	2.310,30	770,30	4.088,79	745,85	84,57%
00 3 11 000509-56	2.790,16	452,66	155,86	1.303,45	447,72	2.359,71	430,44	84,57%
00 3 11 000511-70	3.479,97	543,36	185,91	1.658,93	554,88	2.943,10	536,86	84,57%
00 3 11 000512-51	9.142,10	1.432,64	490,47	4.350,03	1.458,57	7.731,72	1.410,37	84,57%
00 3 11 000514-13	3.100,48	479,97	164,00	1.484,48	493,69	2.622,16	478,31	84,57%



Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 3 11 000515-02	4.369,41	698,70	239,99	2.057,19	699,43	3.695,33	674,07	84,57%
Totais:	49.566.045,61	11.547.828,85	4.104.020,00	16.473.654,84	8.059.966,46	40.185.470,16	9.380.575,44	81,07%

Atenção: Eventuais diferenças inferiores a R\$ 10,00 (dez reais), decorrentes de regra de arredondamento no cálculo do sistema, serão baixadas de ofício pela PGFN.

Escalonamento de prestações para pagamento do saldo										
Faixa			Prestação Inicial	Prestação Final	Percentual da Prestação	Valor da Prestação	Quantidade Prestações	Percentual da Faixa	Valor Cobrado na Faixa	
		1	1	12	0.200	18.761,15	12x	2.400	225.133,80	
		2	13	24	0.300	28.141,72	12x	3.600	337.700,64	
		3	25	36	0.400	37.522,30	12x	4.800	450.267,60	
		4	37	48	0.500	46.902,87	12x	6.000	562.834,44	
		5	49	60	0.600	56.283,45	12x	7.200	675.401,40	
		6	61	119	1.280	120.071,36	59x	75.520	7.084.210,24	
		7	120	120	0,480	45.026,76	1x	0.480	45.026,76	Calcular
Totais:							120x	100.000	9.380.574,88	

Atenção: O valor das prestações será atualizado na data do pagamento, conforme a legislação vigente.

Retornar

Confirmar